

Técnicos criticam “opções salvadoras”

“Promover o abastecimento de alimentos a preços mais reduzidos nas periferias urbanas e nos bolsões de pobreza devem ser atividades permanentes dos órgãos governamentais de abastecimento, e não programas de impacto a serem lançados como opções salvadoras”, resume o documento “Propostas de Política Social”, do Ipea. As sugestões, aqui, convergem para as idéias já defendidas pelo ministro do Planejamento, Paulo Haddad, de barateamento das cestas básicas para populações carentes.

O Ipea cita, como exemplo o de experiências bem-sucedidas, nesta área, o Programa de Alimentação Popular (PAP), que chegou a atender a uma população de 6,2 milhões de pessoas, abrangendo uma rede de aproximadamente 3.700 varejistas, distribuídos em 23 cidades brasileiras. Pesquisa realizada pelo Ipea e IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — mostrou não só o apoio de mais de 90% dos varejistas credenciados pelo Programa, como uma redução efetiva dos preços praticados, embora diferenciada de acordo com os produtos comercializados.

O Proab — Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda do Nordeste — também é citado como outra experiência bem-sucedida, já que conseguiu vender alimentos aos carentes com uma redução de 20% a 30% em relação aos preços de mercado. Apesar disso, incompreensivelmente, no final da década de 80, todos estes programas que vinham surtindo efeito foram desativados, sem que se colocassem outros em seu lugar.

Para o Ipea, a presença governamental na área do abastecimento de forma complementar à iniciativa privada, deve ser preservada apenas como um instrumento regulador de preços, de forma a evitar os riscos de manipulação exercida pelos agentes oligopolizados que dominam o setor. Paralelamente, deveriam ser analisadas estratégias de descentralização da ação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nessa área, para que seja maior sua integração com as secretarias estaduais de abastecimento.

Com a descentralização dos programas federais de alimentação, a Conab terá que se adaptar para atuar conjuntamente com estados e municípios na implementação dos programas de alimentação. (M.M.)